



## **MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES DISPONÍVEIS NA SCIELO SOBRE REFORMAS DO ENSINO MÉDIO (1997-2017)**

**LUIZ, Douglas Pereira<sup>1</sup>** (douglasluz.dpl@gmail.com); **ZILIANE, Rosimeire de Lourdes Monteiro<sup>2</sup>** (rosemeireziliani@ufgd.edu.br)

<sup>1</sup>Discente do curso de graduação Educação Física-Licenciatura/UFGD

<sup>2</sup>Docente da Faculdade de Educação-FAED/UFGD

Ao tratar sobre o nível médio de ensino brasileiro, observa-se que diversas reformas foram propostas ao longo da história, porém sem tanta efetividade no meio, julgando por incompleta a intervenção em tal nível de escolarização. Este texto socializa um mapeamento dos artigos sobre as reformas do Ensino Médio inscritas nas Leis nº 9.394/1996 e 13.415/2017. A busca foi realizada durante o mês de janeiro de 2019 na plataforma online ScieELO (Scientific Electronic Library Online), utilizando o descritor “Reformas do Ensino Médio”. Foram selecionados três filtros, privilegiando, assim, os artigos escritos em língua portuguesa disponibilizados em periódicos brasileiros e produzidos entre os anos correspondentes às reformas. Ao todo foram localizados vinte e sete artigos, dos quais vinte e um tratam sobre a primeira reforma e seis sobre a segunda reforma. A primeira análise consistiu na leitura dos resumos de cada artigo, buscando identificar seus objetivos, metodologia, fontes, referencial teórico e resultados. Entretanto, verificou-se a incompletude de informações que o gênero textual em questão demanda, de modo que foi necessário recorrer à leitura do texto completo. Após isto, tendo sido encontradas as pretendidas categorias, foram destacados, para fins de apresentação neste texto, os temas, o referencial teórico e as fontes mobilizadas nas referidas produções. Em relação aos temas constatou-se a presença de quatro principais, sendo eles: política educacional, currículo, qualificação e formação profissional e protagonismo juvenil. As produções evidenciam a submissão da escola de nível médio aos interesses econômicos, daí porque criticam as proposições feitas pelas reformas, as quais são tratadas como tentativas de governos de formar mão de obra disponível e necessária ao andamento e reestruturação da economia nacional que sustenta-se pela via do capitalismo neoliberal. Nesse sentido, também ressaltam que o currículo proposto em cada reforma está associado ao ajuste da educação escolar e dos sujeitos aos pressupostos econômicos de cada momento histórico ou ainda a determinado projeto de sociedade. Também são feitas críticas à ideia de protagonismo juvenil, que pressupõe a participação ativa dos alunos em sua própria escolarização, aspecto que permeia sobretudo a primeira reforma. Em relação às fontes constatou-se a predominância do uso de documentos oficiais, como, além das Leis, os Pareceres que pautam as Diretrizes Curriculares Nacionais de 1998 e documentos produzidos por agências internacionais de caráter econômico (no caso da reforma de 1996) e a MP nº 746/2016 (no caso da reforma de 2017). Por último, em relação ao referencial teórico, observou-se constante referência a autores brasileiros que se dedicam a pensar a educação média no Brasil, como Acácia Kuenzer, Celso João Ferretti, Dagmar Zibas, Dermeval Saviani e Gaudêncio Frigotto, os quais utilizadores e comentadores das proposições de Marx e Gramsci, que por sua vez são algumas vezes diretamente mencionados nos artigos localizados.

**Palavras-chave:** Currículo, Formação/Qualificação Profissional, Lei Nº 9.394/1996 e 13.415/2017.

**Agradecimentos:** Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica ao primeiro autor (Douglas Pereira Luiz) e seus inúmeros esforços pela pesquisa acadêmica brasileira.